

# Presidente do Ibama critica a ação das ONG ambientalistas

por Maria Clara R. M. do Prado de Londres

Uma mensagem dura foi transmitida ontem pelo presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Raul Jungmann, às organizações não-governamentais (ONG) da área ambientalista que, segundo ele, costumam reagir apenas a partir de temas que têm impacto junto à opinião pública européia e norte-americana: "Estas organizações precisam reorientar suas agendas, para que a questão ambiental passe a considerar a grande parcela de gente que habita as grandes cidades, nos países menos desenvolvidos, e que sofre com a precariedade do saneamento básico, com a falta de conservação das fontes de água e até de distribuição da água", disse, ontem, em entrevista.

Jungmann está em Londres para uma série de encontros com especialistas e autoridades da área ambiental e teve a agenda de ontem carregada justamente por compromissos com representantes das ONG, como o Greenpeace, o Friends of the Earth, o Survive International, e o World Wild Fund, a quem expressou sua preocupação com o discurso ecológico que muitas vezes fica distante da realidade econômica e social dos países do Terceiro Mundo.

"Queremos a parceria das



Raul Jungmann

ONG, mas não se pode esquecer que muitos, no Brasil, ainda vivem no que se pode chamar de circuito da miséria, onde a sobrevivência no dia-a-dia significa destruição, e não se pode pedir a essa população que renuncie a essas práticas, enquanto não pudermos oferecer melhores condições de vida, com estabilidade e desenvolvimento sustentado", comentou Jungmann, referindo-se às queimadas na Amazônia, um tema sensível aos ouvidos dos europeus. O próprio presidente do Ibama admite que as queimadas aumentaram neste ano, como consequência do crescimento do PIB, e promete fazer o que for possível para manter sob controle o manejo e a exploração do meio ambiente.

A tarefa não é fácil diante do quadro de exigüidade dos recursos públicos. Jung-

mann, conforme se previa, foi instado a falar sobre a exploração predatória do mogno, sobre os homens da floresta, enfim temas que estão sempre sobre a mesa nas discussões ambientalistas com os especialistas ingleses, mas rebateu as críticas, convocando as ONG a explorar o que chama de "oportunidades verdes" na área de reciclagem, biogenética, biodiversidade, enfim campos de trabalho que requerem uma tecnologia mais especializada com benefícios para a ecologia.

A visita a Londres - Jungmann chegou na segunda-feira -, quando teve um encontro com o Secretário de Estado para o Meio Ambiente, John Gummer, serviu para o presidente do Ibama fazer um relato da série de providências que o governo brasileiro está desenvolvendo na área ambiental. O ponto mais delicado, para os ingleses, do mogno (o Brasil exporta anualmente cerca de US\$ 35 milhões de madeira do tipo mogno para o Reino Unido, sendo este o segundo mercado depois dos Estados Unidos) requereu uma atenção especial. Entre as providências em andamento, está a decisão do Ibama de reforçar a fiscalização da exploração do mogno com a ajuda do Exército.

Este é o primeiro passo dentro de um projeto mais

amplo, que prevê a montagem de um sistema informatizado, em que seriam cruzadas as informações, em nível da atividade do manejo, com as informações em nível do transporte da madeira. Para isso, Jungmann quer criar um selo, que funcionaria como uma espécie de chancela do governo brasileiro sobre o critério de exploração do mogno. De início, esse selo envolveria apenas a madeira exportada.

A preocupação dos ingleses com o mogno é antiga. No Brasil, boa parte da exploração não é sustentada em plano de manejo, e isso pode levar à extinção da espécie. O mogno existe em áreas diversas do País (portanto, não aparece em área contínua) que, somadas, abrangem 1,5 mil quilômetros quadrados. A árvore leva de 25 a 30 anos para crescer.

Jungmann também anunciou a disposição do governo de enviar ao Congresso Nacional, no início do ano que vem, um projeto de lei complementar ao artigo 225 da Constituição, que vai tratar da regulamentação do meio ambiente, incluindo o uso e manejo da floresta amazônica. A intenção é deixar claro em que condições será prevista a exploração agrícola na Amazônia, entre outros critérios de ordenamento.